



Índice

- 01** Índios interditam rodovia no Ceará em protesto por demarcação de terras
- 02** Governo se reúne com o cacique Raoni Metuktir
- 03** [Juiz Federal Sebastião] Julier afirma que norte de discussões sobre conflitos indígenas tem de ser o resgate da dívida histórica
- 04** Lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas para índios deve ser votada
- 05** Ministro fará reunião em MS já admitindo indenizar produtores para atender índios
- 06** Indígena ferido será transferido para DF, diz coordenadora da Funai em MS
- 07** Mobilização pacífica sobre demarcações indígenas reúne aproximadamente 800 pessoas em MT
- 08** Ao menos 50 indígenas são assassinados ao ano no Brasil, mostram dados do Cimi
- 09** CLP debate indenização de terras indígenas e constitucionalidade da PEC 215
- 10** ARTIGO: Invasões indígenas: desmoralização das instituições
- 11** Curso beneficia Indígenas



Índios interditam rodovia no Ceará em protesto por demarcação de terras

SÍTIO REGIÃO NEWS, 17.06.2013

Mais cedo, outro protesto interditou a BR-040, altura do bairro Liberdade, em Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte.

Em protesto pela demarcação de terras no Ceará, um grupo de índios de seis etnias, principalmente Tapeba, mantém interditado, desde a manhã de hoje (17), um trecho da BR-222, no município de Caucaia, região metropolitana de Fortaleza. Segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF), aproximadamente 200 índios ocupam os dois sentidos da rodovia, que liga o estado do Ceará ao Piauí, na altura do km 17.

De acordo com o presidente da Associação das Comunidades dos Índios Tapeba (Acita), Ricardo Weibe, no entanto, o número de manifestantes chega a 800. Ele disse que os índios vão permanecer no local até serem recebidos pelo governador do Ceará, Cid Gomes.

O superintendente da PRF no estado, inspetor Marco Antônio Maia, informou que durante as negociações com o grupo, mais cedo, conseguiu agendar uma reunião para a manhã desta terça-feira (18) com o vice-governador, Domingos Gomes de Aguiar Filho. Procurada pela reportagem, a assessoria de imprensa do governo do Ceará ainda não confirmou o agendamento do encontro e informou que o governador está em viagem. O líder indígena, no entanto, descartou a hipótese e reafirmou a intenção de ser recebido pelo governador.

"Não vamos sair até que ele nos receba e ouça nossas reivindicações pela demarcação das nossas terras. Não queremos reunião com representantes, com outras pessoas. Vivem no estado, atualmente, 28.985 índios de 14 etnias, em 19 municípios. Queremos ser ouvidos pelo governador e mobilizar a opinião pública", disse Weibe.

O inspetor Marco Antônio Maia acrescentou que a manifestação é pacífica e que não causa congestionamento, já que o trânsito está sendo desviado por uma via alternativa, que passa por dentro do município. Segundo ele, há apenas lentidão próximo aos desvios.

"Eles atearam fogo a pneus, mas até agora a situação está controlada. A estrada está totalmente interditada nos dois sentidos, mas o trânsito está fluindo com pequena lentidão", disse. De acordo com Maia, o protesto começou por volta das 9h desta segunda-feira.

Mais cedo, outro protesto interditou a BR-040, altura do bairro Liberdade, em Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte. De acordo com informações da Central de Informações Operacionais da PRF, os manifestantes, que reivindicaram melhorias no transporte público da região, montaram barricadas na estrada, com a queima de pneus e entulhos.



Governo se reúne com o cacique Raoni Metuktir

SÍTIO SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 17.06.2013

O cacique Kayapó Raoni Metuktire foi recebido, na última sexta-feira (14/6), pelos ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, e pela presidenta da Funai, Maria Augusta Assirati.

Durante a reunião, ocorrida no Ministério da Justiça, Raoni falou da sua preocupação com as questões indígenas no momento atual, ressaltando que é preciso garantir os direitos indígenas e buscar soluções pacíficas para o entendimento entre índios e não índios. "Nós precisamos do apoio do governo e o governo precisa do apoio dos caciques para resolver essa situação. Índios e não índios têm que viver em harmonia", disse. Raoni também pediu o apoio governamental para fortalecer a Funai e sua atuação junto aos povos indígenas.

O ministro da Justiça destacou o papel fundamental da Funai no país e reafirmou o compromisso do governo federal em trabalhar para melhorar as condições estruturais do órgão. Ressaltou o debate que tem sido feito, no âmbito do governo, em busca do aprimoramento do processo de demarcação de terras indígenas, com o objetivo de evitar que esses procedimentos sejam judicializados no futuro. "Temos que buscar melhorar esse processo para que ele ocorra com mais segurança, sem conflito e não vá parar na Justiça".

O ministro Gilberto Carvalho falou da necessidade de fortalecer o diálogo do governo federal com os povos indígenas. Afirmou o compromisso com a vida e a garantia dos direitos dos povos indígenas e destacou como uma das prioridades a promoção da sustentabilidade das terras indígenas. Na ocasião, Raoni informou às autoridades que naquele momento os Kayapó estavam fazendo diversas manifestações em Mato Grosso e Pará para buscar respostas do governo sobre as questões que atualmente afetam os direitos dos povos indígenas, como a PEC 215 e a Portaria 303/AGU. Os ministros se manifestaram contrários à PEC 215. Afirmaram que a referida proposta é inconstitucional e defenderam a posição de que o procedimento demarcatório continue a ser feito exclusivamente pelo Poder Executivo. Nesse sentido, reforçaram o protagonismo da Funai e a necessidade de fortalecer e aprimorar o processo hoje existente. Os ministros também enfatizaram que a Portaria 303 da AGU encontra-se atualmente suspensa até que os embargos do caso Raposa Serra do Sol sejam apreciados pelo Supremo Tribunal Federal. Por solicitação de Raoni, os ministros assinaram uma carta com seus posicionamentos.

Veja a carta na íntegra abaixo.



Carta ao Povo Kaiapó

Em reunião com os indígenas do povo Kaiapó, Raoni, Pathxom, Puiú, Yabuti, Ñomore, Neiãro, em 14 de junho de 2013, os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, manifestaram-se contrários à Proposta de Emenda Constitucional nº 215, que transfere ao Poder Legislativo a competência para a demarcação das Terras Indígenas, e que tramita atualmente no Congresso Nacional. Mencionaram que a referida proposta é manifestamente inconstitucional e defenderam a posição de que o procedimento demarcatório continue a ser exercido exclusivamente pelo Poder Executivo, visando a continuidade da garantia dos povos indígenas do Brasil. Nesse sentido, reforçaram o papel de protagonismo da FUNAI e a necessidade de fortalecer e aprimorar o processo hoje existente. Reafirmaram também que a Portaria 303 da AGU encontra-se atualmente suspensa até que os embargos do caso Raposa Serra do Sol sejam apreciados pelo Supremo Tribunal Federal.

José Eduardo Cardozo
Ministro da Justiça

Gilberto Carvalho
Ministro Secretaria Geral da Presidência

Fonte: Ascom / Funai

Julier afirma que norte de discussões sobre conflitos indígenas tem de ser o resgate da dívida histórica

SÍTIO OLHAR DIRETO, 17.06.2013

Da Redação - Jardel P. Arruda



Julier afirma que norte de discussões sobre conflitos indígenas tem de ser o resgate da dívida histórica

Em meio a uma série de conflitos entre produtores rurais e indígenas em todo o país, e poucos dias antes de dar mais uma decisão referente a desocupação dos não-índios da Terra Indígena Marãiwatsédé, o juiz federal Sebastião Julier afirmou que ao analisar esse tipo de assunto é preciso ter como norte a dívida histórica do Brasil para com os índios.

“O Brasil tem uma dívida histórica com os povos indígenas e deve fazer esse resgate como tem feito em outros setores. Esse é o norte para se discutir essa questão”, disse o magistrado, em entrevista ao Olhar Direto.

Para ele, as políticas indigenistas merecem a mesma preocupação que as de equalização social, como o bolsa família ou as cotas em universidades.

Segundo o juiz federal, não se pode tentar entender os conflitos indígenas colocando eles e os produtores rurais em lados opostos em uma disputa. De acordo com Julier, buscar soluções para conflitos entre “brancos” e índios é preciso é analisar formas compensar os danos causados aos povos indígenas em tempos passados, cujos danos se refletem até o presente.

“Eu não tenho o menor medo de errar em afirmar que os pobres dos pobres hoje no Brasil são os índios. O Estado brasileiro deve e tem que resgatar essa dívida social com os povos indígenas. Seja reconhecendo e homologando suas áreas, seja disciplinando e dotando melhor a FUNAI para que os povos indígenas tenham tratamento adequado”, argumentou.

O magistrado salientou, no entanto, que as questões fundiárias devem ser resolvidas pela Justiça. “Aí a justiça para ajudar nos processos e decidir em uma democracia os conflitos que se instauram”, completou.



Lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas para índios deve ser votada

SÍTIO G1, 16.06.2013

Projeto deve ser votado na segunda-feira (17), em Cascavel, no Paraná. Objetivo do projeto é acabar com o problema dos índios que vêm a cidade.

Do G1 PR, em Cascavel

A Câmara Municipal de Cascavel, no oeste do Paraná, deve votar, nesta segunda-feira (17), um projeto de lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas para indígenas. De autoria do vereador Paulo Porto, a proposta ainda recomenda a fixação de um cartaz ou placas para informar um dos incisos do estatuto dos índios, que já proíbe esta prática.

De acordo com a assessoria do vereador, mesmo existindo uma lei federal, isso não impede que se tenha uma municipal para reforçar e conseguir que seja colocada em prática, uma vez que os órgãos municipais poderão fiscalizar.

Conforme o projeto, o objetivo é minimizar o problema dos indígenas que vêm até a cidade para comercializar os produtos feitos por eles e que acabam ingerindo bebidas alcólicas, principalmente na região da rodoviária. O vereador acredita que este é um problema de saúde pública.

Ainda segundo o projeto, a fiscalização ficaria por parte da secretaria de Assistência Social, que também é a favor da proposta. Há 10 anos, a prefeitura tenta viabilizar a construção de uma casa de passagem para os indígenas, mas está parado, pois a Secretaria Estadual da Família não repassou o dinheiro. O projeto da construção já existe e o terreno foi doado pela prefeitura. Além disso, o executivo afirmou que ajudaria com a contratação de pessoal para administrar a casa.

Ministro fará reunião em MS já admitindo indenizar produtores para atender índios
SÍTIO ITAPORÃ NEWS, 17.06.2013

Para tentar resolver a disputa agrária de índios e fazendeiros, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, volta a Campo Grande na quinta-feira e vai se reunir com o governador André Puccinelli (PMDB) e com representantes do Ministério Público Federal (MPF) e da Funai. A data da visita foi confirmada por Puccinelli à imprensa (foto) neste fim de semana em Três Lagoas.



O governo federal já admite a possibilidade de indenizar os produtores pelas terras, inclusive com permuta de áreas confiscadas de narcotraficantes. Puccinelli diz que concorda

com a possibilidade de a União comprar terras. "Querem dar terras para os índios? Eu concordo, comprem-nas daqueles proprietários de fato e de direito e distribuam-nas", disse o governador.

Ao participar de protesto de produtores rurais na sexta-feira no estado, a senadora e presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) Kátia Abreu (PSD-TO) defendeu que as terras não sejam indenizadas por escolha dos índios, mas compradas pelo governo só dos proprietários que quiserem vender.

Há quem acredite, entretanto, que dar aos índios áreas fora dos locais considerados "indígenas" pode ser só um jeito de adiar o problema, pois daqui há alguns anos a história pode se repetir com futuras gerações sendo orientadas a reivindicar áreas que seriam de seus antepassados.

Edemir Rodrigues/Governo de MS



Indígena ferido será transferido para DF, diz coordenadora da Funai em MS

SÍTIO G1, 17.06.2013

Paciente está internado em Campo Grande após levar tiro em fazenda. Funai em Brasília e hospital Sarah Kubitschek não confirmam procedimento.

Do G1 MS

O indígena Josiel Gabriel Alves, 34 anos, que está internado há quase duas semanas por conta do tiro que levou em uma fazenda de Sidrolândia, a 70 km de Campo Grande, será transferido nesta segunda-feira (10) para o hospital Sarah Kubitschek, em Brasília. A informação foi passada ao G1 pela coordenadora regional substituta da Fundação Nacional do Índio (Funai), Ana Beatriz Lisboa.

"A informação é de que a remoção será feita hoje. Acabei de receber uma ligação da Funai de Brasília confirmando a transferência", afirmou a coordenadora.

Segundo ela, a transferência do paciente, atualmente internado na Santa Casa de Campo Grande, seria feita pela Força Aérea Brasileira (FAB).

O G1 entrou em contato com as assessorias da Funai em Brasília, da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Hospital Sarah Kubitschek, da Base Aérea de Campo Grande e com o diretor clínico da Santa Casa, Luiz Kanamura, e nenhum deles confirma a transferência do indígena.

"Essa transferência está sendo organizada pela própria Presidência da República, pela Casa Civil. Nós (Funai) estamos fazendo contato com a família, porque temos essa relação direta com a comunidade", explicou Ana Beatriz.

A assessoria do hospital em que a vítima está internada afirmou que não vai divulgar informações sobre o caso. O G1 também entrou em contato com a Força Aérea Brasileira (FAB), mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem.

Pajelança

No domingo (16), índios terena da aldeia Buriti, em Sidrolândia (MS), fizeram um ritual em frente à entrada da Santa Casa de Campo Grande.

Em grupo, eles oraram pela saúde do terena Josiel Gabriel Alves e cantaram hinos católicos na língua terena. A pajelança é um ritual para pedir proteção à Deus ou como forma de agradecimento.

Mobilização pacífica sobre demarcações indígenas reúne aproximadamente 800 pessoas em MT

SÍTIO O REPÓRTER DO ARAGUAIA, 17.06.2013

Onde tem Justiça, tem espaço para todos". Com este lema, cerca de 800 pessoas entre produtores rurais, lideranças do agronegócio, representantes do Congresso Nacional e moradores de 10 municípios e áreas atingidas por demarcações de Terras Indígenas (TI's) em Mato Grosso, como a região da Suiá-Missú, participaram de uma mobilização pacífica realizada nesta sexta-feira (14.06), na BR-364/163 próximo ao posto da Polícia Rodoviária Federal (PRF) de Cuiabá sentido Rondonópolis. O objetivo foi alertar sobre os impactos das demarcações de TI's feitas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em todo o país. Os produtores distribuíram alimentos para os motoristas que passavam pela rodovia. Mato Grosso possui 67 áreas indígenas que correspondem a aproximadamente 12,5 milhões de hectares.



O objetivo foi alertar sobre os impactos das demarcações de TI's feitas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em todo o país. Os produtores distribuíram alimentos para os motoristas que passavam pela rodovia. Mato Grosso possui 67 áreas indígenas que correspondem a aproximadamente 12,5 milhões de hectares.

A população indígena no Estado é de apenas 27,5 mil índios. Além das terras já homologadas, Mato Grosso tem 25 áreas em processo de demarcação. Caso estas áreas sejam demarcadas, o território indígena do Estado alcançará 19 milhões de hectares, o equivalente ao tamanho do Estado do Paraná.

O protesto ocorreu simultaneamente em outros Estados brasileiros. Em Mato Grosso, a ação foi da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA/MT), liderada pelo deputado federal Nilson Leitão, e realizada pela Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato).

O presidente em exercício da Famato, Normando Corral, destacou a importância do Governo Federal, Congresso Nacional e sociedade se atentarem para a situação. "O protesto é para mostrar não só a nossa insatisfação como também a ilegalidade do que está acontecendo com os produtores rurais.

Temos que fazer chegar nossa mensagem a todo o povo brasileiro e mostrar a injustiça que está acontecendo. Queremos a aprovação da PEC 215, que atribuirá ao Congresso Nacional a competência para a demarcação de Terras Indígenas no país e que sejam suspensos os processos de demarcações feitos pela Funai até agora", frisou.



Segundo o deputado federal e presidente da subcomissão especial de demarcação de área indígena da Câmara Federal, Nilson Leitão, é preciso mostrar à sociedade a verdadeira realidade dos indígenas brasileiros e do trabalho feito pela Funai. Leitão está recolhendo assinaturas de deputados para instaurar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai.

"Precisamos deixar claro para a sociedade como são feitas as demarcações pela Funai, muitas vezes fabricando índios e utilizando laudos ilegais. Porém, tão mais importante que isso é inaugurar um novo modelo de demarcação, com este processo sendo realizado pelo Congresso Nacional, que é o que prevê a PEC 215", analisou.

As demarcações realizadas pela Funai estão causando grande impactos em todo o país. Em Mato Grosso, um dos casos mais recentes é o da Suiá-Missú, onde cerca de sete mil pessoas foram expulsas de suas propriedades e até uma cidade, Posto da Mata, foi destruída durante a desocupação da área de 165 mil hectares que a Funai alega ser dos índios Xavantes.

O presidente da Associação dos Moradores de Suiá-Missú (Aprossum), Sebastião Prado, conta que a situação das pessoas que foram despejadas é bastante crítica. "Nossa vitória está no Congresso Nacional, com a PEC 215. Esta é a hora, a responsabilidade está no Congresso", opinou.

Apesar das dificuldades, os produtores não perdem a esperança. Ex-morador de Posto da Mata, o produtor rural José de Melo participou do manifesto. Ele perdeu 100 alqueires que possuía na região de Suiá-Missú desde 1995. Hoje, vive em Alto Boa Vista e precisou vender o pouco que restou para continuar sobrevivendo. "Perdi minha terra, minha casa, meu gado e todo o trabalho de uma vida inteira.

Hoje, eu e minha família estamos vivendo quase sem condições, pois o dinheiro está acabando e não temos para onde ir. Mas eu não vou desistir de lutar e não perco a esperança de voltar para a minha terra", comenta Melo.

Além de Suiá-Missú, municípios como Juína, Brasnorte, Marcelândia e Apiacás poderão sofrer grandes perdas econômicas com as novas demarcações. A Funai está concluindo um estudo para revisão dos limites da TI Enawenê-Nawê, que abrange os municípios mato-grossenses de Juína, Sapezal e Comodoro. Atualmente, essa TI possui 742 mil hectares e a proposta é ampliá-la para mais 600 mil ha, transformando-a em cerca de 1,3 milhão ha.

Já em Brasnorte (626 km de Cuiabá), a Justiça Federal anulou a portaria da Funai que pretendia ampliar a TI Menkü, mas o órgão ainda pode recorrer da decisão.

A área possui 47 mil hectares, mas, caso a ampliação seja aprovada, chegará a 147 mil hectares. Em Apiacás, a ampliação da reserva indígena Kayabi já foi homologada pela presidência da República, aumentando a reserva indígena em 729%, passando de 127 mil hectares para 1,053 milhão de hectares.

Fonte: Ascom / Famato



Ao menos 50 indígenas são assassinados ao ano no Brasil, mostram dados do Cimi
SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 17.06.2013

Fonte: Brasil de Fato

Segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o panorama atual da luta dos povos originários é duplamente negativo no país: enquanto as homologações anuais de terras diminuem, a pressão de grupos ligados ao agronegócio e os assassinatos de indígenas aumentam. Apenas nos últimos dias, dois indígenas terenas foram mortos no Mato Grosso do Sul.

As informações do Cimi mostram que mais de 500 indígenas foram mortos na última década, e que a frequência das demarcações diminuiu nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Desde 2006, ainda em relação aos dados apresentados, pelo menos cinquenta indígenas são assassinados por ano no país – por diferentes motivos, e com a maioria das mortes tendo lugar no Mato Grosso do Sul. 2012, com 61 ocorrências de assassinatos, teria sido o mais violento dos últimos cinco anos.

Em entrevista para o Sul21, Roberto Liebgott, filósofo que atua no Cimi, afirmou que o principal fator para o expressivo índice de crimes é a “negligência na implementação dos direitos” dos povos indígenas. Liebgott opina que vê um crescimento “da fobia” em relação aos povos, que pode ser constatada em episódios de violência e no surgimento de “medidas legislativas” que podem reduzir conquistas históricas aparentemente garantidas.

Assassinatos de indígenas no Brasil

Fonte: Cimi – Conselho Indigenista Missionário

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total	Média anual
42	37	43	58	92	60	60	60	51	61	564	56,4

“Os indígenas perderam importantes apoios políticos”, afirma filósofo

Para Roberto Liebgott, são várias as causas que se escondem por trás dos números e do sangue: “os assassinatos têm características diferentes. Há casos que ocorrem da luta direta pela terra, como nas situações em que latifundiários mandam matar lideranças indígenas. Mas há, também, confrontos que acontecem nos processos de reintegração de posse, quando a polícia alveja indígenas que se manifestam”. Por outro lado, parte das mortes também ocorre dentro dos próprios territórios indígenas – terras muitas vezes marcadas por acessos precários à saúde, ensino e alimentação.



A decepção com o governo federal – que reúne partidos que já defenderam as pautas indígenas – poderia, também, ocasionar manifestações e protestos, alguns deles com possibilidade de confronto entre a polícia e indígenas. O filósofo acredita que o afastamento de antigos apoios políticos do movimento indígena pode explicar parte da vulnerabilidade atual: “nos últimos anos, partidos como o PT, o PC do B e o PSB, tradicionalmente aliados da causa e que faziam até a vigilância dos direitos constitucionais, se afastaram”, afirmou.

Os partidos passaram a adotar outra postura após assumirem o poder no governo federal e em distintos pontos do país, segundo Roberto: “eles deixaram de se preocupar com a causa indígena e agora desenvolvem um projeto voltado para o desenvolvimento econômico”, aponta. Os dias atuais seriam, ainda para o militante do Cimi, parte “de um momento decisivo para garantir direitos já conquistados” – Roberto lembra o fortalecimento da bancada ruralista no Congresso e a tramitação da PEC 215, que, se aprovada, subordina ao Legislativo o processo de demarcação de terras no país.

Para coordenador da Funai, violência contra povos indígenas se intensificou no país

João Maurício Farias, coordenador da Funai no Litoral Sul, admite que houve “um recrudescimento na violência” nos últimos tempos, e afirma que grande parte da imprensa não compreende as particularidades que envolvem a questão indígena. Da mesma forma que Liebgott, Farias contesta o ímpeto político de modificar o processo de demarcações desta forma: “penso que este é o momento mais crucial em relação aos direitos territoriais dos povos. A PEC 215 passa para o Congresso uma política que ele não pensa em executar, pois não tem interesse algum em delimitar e demarcar os territórios”, opinou.

Para o coordenador da Funai, as tensões que ocorrem no Rio Grande do Sul, inclusive as recentes, entre agricultores e indígenas, se caracterizam como outra forma de violência, igualmente perigosa. “No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, não há casos de violência propriamente dita, como no Mato Grosso do Sul e no norte do Paraná, mas de tensão e ameaças, o que também é gravíssimo. Noto uma intensificação do preconceito contra os povos indígenas”, disse João Maurício.

Na opinião de João Maurício Farias, retirar a Funai do processo de mediação entre os interesses dos povos originários, agricultores e do governo federal seria outro erro, ainda que a atuação do organismo tenha sido contestada por parte do movimento indígena. “Retirar a Funai do processo é retirar o colchão que está colocado entre dois cristais: o movimento indígena e o agronegócio”. Por fim, Farias criticou o trabalho da “grande imprensa” que, nos últimos episódios, “tentaria deslegitimar” o papel da entidade frente aos povos indígenas.



CLP debate indenização de terras indígenas e constitucionalidade da PEC 215

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 17.06.2013

A Comissão de Legislação Participativa (CLP) e o Grupo de Trabalho criado pela presidência da Câmara em busca de um acordo para a demarcação de terras indígenas promovem audiência pública para debater indenização dessas áreas e a constitucionalidade da PEC 215/2000.

Segundo o deputado Padre Ton (PT-RO), coordenador da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas e membro da CLP, em um primeiro momento, nesta terça-feira (18), serão debatidas, conforme Requerimento 4/2013 de sua autoria, medidas legislativas para indenizar detentores de títulos em terras indígenas expedidos pelo próprio Estado, como acontece em Mato Grosso do Sul.

O próprio deputado é autor de um projeto de lei (PL 3896/12) que garante indenização às pessoas que, de boa fé, receberam títulos expedidos pelo poder público em terras que a União posteriormente declarou como indígena. O projeto altera o Estatuto do Índio (Lei 6.001, de 1973), no artigo 62, para permitir que títulos de terras eventualmente declarados nulos possam ser indenizados pela União.

“A indenização facilita a solução dos atuais conflitos, atenua a tensão hoje em Mato Grosso, e também resolve problemas em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e sul da Bahia, onde existem agricultores com documentos bons, fornecidos pelo governo, mas que estão em terras identificadas pela Funai como indígenas. Nós precisamos buscar um caminho para indenizar. E esse caminho é por meio de projeto de lei aprovado no Legislativo porque, com a atual legislação, nós não podemos indenizar terras e benfeitorias em áreas identificadas como indígenas”, declara PadreTon.

O deputado Padre Ton lembra que esse problema também atinge áreas de assentamento da reforma agrária, onde mesmo aqueles pequenos agricultores portadores de documentos expedidos pelo Incra são obrigados a deixar os lotes em que foram beneficiados e não recebem indenização.

São expositores na audiência desta terça-feira (18) o deputado estadual Laerte Tetila (PT-MS), autor de proposição legislativa que cria Fundo para indenização; Paulo Machado Guimarães, consultor jurídico do Distrito Federal; Carlos Frederico Marés, jurista e professor da PUC -PR; Marco Antonio Delfino, procurador federal em Dourados (MS) e representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

A constitucionalidade da PEC 215/2000 - transfere a competência de demarcação de terras do Executivo para o Legislativo - é tema do debate de quarta-feira (19), solicitado mediante requerimentos dos deputados Domingo Dutra (PT-MA) e Lincoln Portela (PR-MG). A tramitação do projeto foi suspensa pelo presidente da Câmara, deputado Henrique Alves (PMDB-RN), em abril, durante protesto de lideranças indígenas que ocuparam o plenário.

Para este debate foram convidados o jurista Dalmo Dallari; o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo; o secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Cleber Buzatto; deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), relator da matéria e Almir Sá, ex-deputado, autor da PEC 215.



ARTIGO: Invasões indígenas: desmoralização das instituições

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 17.06.2013

*Por Ruy Sant'Anna**

A ocupação das instalações do prédio da FUNAI em Brasília está dentro do padrão de ação que esse órgão estimula contra seus "desafetos" os produtores rurais, com a diferença de que a "invasão" se deu pacificamente.

Ela mais parece um acordo do que, propriamente uma invasão: tipo, ok, ok, vocês têm razão, não deu certo o plano A; vamos executar o plano B, que é o da "invasão".

Seria a "revolta" da criatura contra seu "criador"? Muito calculadinho, não acha? É como se quisessem que a gente raciocinasse como eles querem. Viu? Os índios não são manipulados...

Qual o objetivo deles? A desmoralização de nossas Instituições, e por extensão querem todos os demais brasileiros de joelhos diante deles, simbolicamente, mas para eles de grande significado internacionais.

Exigem ser recebidos pela presidente da República e pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. Por mais que eu veja a presidente como responsável, pela omissão nas decisões administrativas, não admito que a sua autoridade seja tratada da maneira como querem. E sem comparação, o presidente do STF é uma autoridade que tem de ser respeitada e preservada, pela representação da Justiça do Brasil.

Desde 1973, quando o presidente Garrastazu Médici criou o Estatuto do Índio, veem se realizando as assembleias indígenas nacionais, as quais pretendem servir de fundamento para um Movimento Indígena.

De lá pra cá, cada vez mais embrutecem as ações que têm a FUNAI, por trás e sem se arriscar. Perseguem o objetivo de criação de organizações para uma das finalidades de toda essa movimentação: querem criar a "União das Nações Indígenas", de acordo com a última assembleia deles. Visam criar a UNI, para arregimentar todas as etnias do País. E os movimentos de invasões continuariam como "sustentação", pano de fundo como diz o povo.

Isso não tem nada de poético e muito menos de patriótico. É bom que lembremos que essa esdrúxula ideia não tem nada de brasileira, e tem como fim o enfraquecimento de todas as Instituições do Brasil, e da sua população.

Gente, isso é um Programa que estão nos empurrando goela a baixo e de maneira muito calculada, sorratamente, para não levantar suspeitas. São nos impostas como os desbravadores sempre fizeram: com coisas, palavras bonitas, tentadoras, como se apresentassem algo novo e benéfico para os "oprimidos" e a população em geral, contra os "opressores" donos das terras produtivas.



Alguém da FUNAI, CIMI e ONGs, já parou pra pensar no que resultaria se durante um ano, ou muito menos, os produtores rurais, ficassem impedidos de produzir alimentos?

Ou fossem “proibidos” de tirar de suas propriedades os produtos que deveriam ir para os supermercados e exportação? Tudo barrado por bloqueios indígenas?

O Brasil teria um prejuízo incalculável. Milhares ou milhões de brasileiros perderiam empregos e outros ficariam impedidos de consegui-los. O efeito dominó de queda de produção em setores que diretamente não são rurais fecharia e/ou quebrariam. Seria uma desgraceira só. Também os índios, sofreriam as consequências com os impostos que o governo deixaria de receber, o que refletiria nas bolsas de subsistência que recebem; deixariam de receber porque o governo perderia a arrecadação de impostos.

Em cima de toda essa baderna, com prejuízos materiais e morais incalculáveis, o Brasil estaria desmoralizado mundialmente.

Será que é exatamente isso que os indígenas brasileiros desejam? Será que esse ponto, de toda a questão, foi lhes informado? Não acredito. “O quanto pior é melhor”? No lo creio.

Creio sim, em Deus. Creio sim, na Justiça, no trabalho produtivo onde todos possam produzir e ganhar. Creio no amor aos semelhantes. Creio sim na minha Pátria, sem triunfalismo.

Sobretudo, creio que nenhum desses credos pode colocar a mulher e o homem na imbecilidade de acreditar cegamente em falsos profetas, líderes e salvadores de causas impatrióticas. Por isso me alio às boas e saudáveis causas, abraço aos meus semelhantes dando-lhes bom dia, o meu bom dia pra vocês.

(*) Ruy Sant’Anna é jornalista e advogado.



Curso beneficia Indígenas
SÍTIO AGRO DEBATE, 17.06.2013

Senar de MS leva cursos a comunidades indígenas de Aquidauana

Da Assessoria/FAMASUL

Com sede de conhecimento e com vontade de aproveitar a área produtiva da aldeia para produzir alimentos com quantidade e qualidade, 60 indígenas terena de Aquidauana participam de capacitação oferecida pelo Serviço de Aprendizagem Rural (Senar/MS), através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Dois cursos de horticultura orgânica e de produtor de mandioca são ministrados para quatro turmas formadas por indígenas homens e mulheres, de várias idades. As aldeias onde serão ministradas as capacitações são a Cruzeiro e a Buritizinho, abrigando aproximadamente 500 famílias da etnia terena.

Durante a aula inaugural, realizada na semana passada, era perceptível o entusiasmo da comunidade. "Nós estamos felizes e com disposição para aprender. Quero agradecer, em nome da comunidade, a iniciativa do Senar/MS. Nossa aldeia é atuante e vai aproveitar todas as informações", afirma o líder indígena da aldeia Cruzeiro, Ivanilson Machado Peixoto. O ex-cacique da aldeia, Alberto Oliveira Dias, acredita que o curso aumentará a renda dos indígenas. "Nós abastecemos duas feiras da cidade. Eu me vejo como produtor e quero melhorar minha produção", destacou Dias.

Para o diretor técnico da Federação da Agricultura e Pecuária do MS (Sistema Famasul – Senar/MS), Clodoaldo Martins, a expectativa é a melhor possível. "O conhecimento ultrapassa fronteiras e obstáculos. É por isso que nós queremos que a comunidade indígena tenha base sólida sobre a produção, aprimore seus conhecimentos e forma de comercialização", declara Martins.

Entre os seis instrutores que ministrarão as aulas nas nove semanas de capacitação está a educadora indígena Tainara Ferreira Terena. A inclusão de uma terena entre os instrutores é importante para fortalecimento cultural e conhecimento das principais demandas dos alunos.

A coordenadora do Pronatec, da Secretaria de Assistência Social, Leide Alcora Argerin, ressaltou que os cursos oferecidos pelo Senar/MS atendem à demanda do município e são bem recebidos pela população.

O curso de horticultura orgânica ocorre na aldeia Cruzeiro e tem duração de 160 hora/aula. O objetivo da capacitação é realizar o tratamento do solo, produzir mudas de qualidade, ensinar à população terena técnicas de comercialização e até mesmo a visão de empreendedorismo no campo. As aulas teóricas serão realizadas junto às práticas para que ao fim do curso, previsto para 15 de agosto, os alimentos sejam colhidos.



Para o instrutor do Senar/MS, Antônio Minari Júnior, o curso mostrará que é possível produzir com qualidade, sem o uso de agrotóxicos. "A horticultura orgânica nos leva a produzir como nossos antepassados, de forma mais saudável e com qualidade", ressalta o educador.

Além do curso de horticultura, outra capacitação ministrada na cidade é o de Produtor de Mandioca, na aldeia Buritizinho. O curso também tem 160 h/aula, vai ensinar aos indígenas técnicas adequadas de preparação de solo, controle de pragas, normas sanitárias, de higiene, saúde e de preservação ambiental, entre outros temas.